

## **A função transcendente: algumas reflexões sobre o processo de criação**

### **Transcending function: some reflections on the process of creation**

### **Función transcendente: algunas reflexiones sobre el proceso de creación**

Maddi Damião Jr.<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Neste artigo pretendo, utilizando a metodologia da análise textual, fazer uma exegese do texto “Função Transcendente”, publicado em 1916, com o propósito de analisar as diversas dimensões desse conceito. Em princípio será possível identificar uma dimensão conceitual e outra não conceitual, além destas veremos como esse conceito nos leva à tematização de uma perspectiva ontológica na qual a obra de C. G. Jung se sustenta. Por dimensão ontológica, enfadam-se as bases radicais que fundamentam a concepção de homem e mundo, assim como o horizonte a partir do qual estes emergem. Veremos também como o conceito de “Função Transcendente” se encontra indissociável das categorias “símbolo” e “criatividade”, sendo homólogos e indicando a função criativa do inconsciente na formação do psiquismo.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Transdisciplinar. Função transcendente. Criatividade. Psicologia Analítica.

#### **Abstract**

This paper pretends, by the method of textual analysis, to do an exegese to text “Function Transcends”, published in 1916, with the purpose of analyzing the various forms of these concept. By the way the conceptual and non-conceptual aspects of the theory, as well their ontological perspective, at the work of C. G. Jung is sustained. Ontological foundations are the radical bases that support the conception of a world, as well as the horizon of emergency. See also the concept of “Transcendent Function” is inseparable from the categories “symbol” and “creativity”, being homologous and doing a creative function in the formation of the psyche.

**Keywords:** Epistemology. Transdisciplinary. Transcendent function. Creativity. Analytical Psychology.

#### **Resumen**

En este artículo me propongo, a través de la metodología del análisis textual, realizar una exégesis del texto “Función trascendente”, publicado en 1916, con el propósito de analizar las diversas dimensiones de este concepto. En principio, será posible identificar una dimensión conceptual y no conceptual, además de esto veremos cómo este concepto nos lleva a la tematización de una perspectiva ontológica en la que se sustenta el trabajo de C. G. Jung. Por la dimensión ontológica, las bases radicales que subyacen en la concepción del hombre y el mundo, así como el horizonte del que emergen, se vuelven molestas. También veremos cómo el concepto de “función trascendente” es inseparable de las categorías “símbolo” y “creatividad”, siendo homólogo e indicando la función creadora del inconsciente en la formación de la psique.

**Palabras clave:** Epistemología. Transdisciplinar. Función trascendente. Creatividad. Psicología Analítica.

---

<sup>1</sup> Psicólogo. Doutor em Psicologia (UFRJ). Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. Membro-analista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (RJ), filiada à IAAP.

## I Introdução

O homem é corda estendida entre o animal e o Super-homem: uma corda sobre um abismo; perigosa travessia, perigoso caminhar, perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar. O grande do homem é ele ser uma ponte, e não uma meta; o que se pode amar no homem é ele ser uma passagem e um acabamento. (Nietzsche)

Em 1916, Jung escreve um pequeno texto, que se encontra incluído no Vol. VIII de suas Obras Compiladas, intitulado “Função Transcendente” no qual ele se refere pela primeira vez, de forma sistemática, ao que posteriormente virá a ser conhecido como imaginação ativa. Pretendo desenvolver neste trabalho uma síntese de toda a sua cosmovisão e de sua prática clínica. Logo, este ensaio torna-se fundamental para o entendimento das dimensões ontológicas e epistemológicas da Psicologia Analítica, assim como dos fundamentos da prática clínica. Nele, Jung utiliza-se do conceito extraído da Matemática denominado “função transcendente”. Jung nos lança em um diálogo que aproxima as ciências humanas e as ciências exatas, desfazendo a dicotomia entre ambas, encaminhando-se para um saber trans, que perpassará as diversas disciplinas e saberes, o que nos permite afirmar que a Psicologia Analítica ou complexa se funda, desde aí, como uma ciência transdisciplinar.

Correntemente, o que se pode observar quando psicólogos junguianos utilizam esse termo – “função transcendente” – é um tratamento técnico, ou seja, um recurso para se dizer do efeito, ou consequência, da interação do inconsciente e da consciência, como se função transcendente fosse isto ou aquilo, um método ou técnica para alcançar um determinado objetivo. Porém, além de ter meramente uma dimensão operacional, com a ideia de “função transcendente” problematiza-se a própria questão ontológica, isto é, o solo a partir do qual homem e mundo se constituem, os

fundamentos da própria dimensão do humano por Jung, de uma maneira operacional.

Por questão ontológica, entenda-se a problematização, da origem radical do existente, rompendo, assim, com a mera descrição de fenômenos, que seria o campo dos entes. Há assim uma ontologia em Jung, que será aí explicitada.

A partir de uma intuição originária de Jung, poderemos afirmar que o humano/mundano são possuidores da mesma origem e natureza que o símbolo. Ao nos depararmos com “função transcendente”, Jung estaria fundando o símbolo como modelo e estrutura organizadora para a construção de um saber transdisciplinar, para uma *episteme* que perpassaria as dicotomias e limites do pensamento reducionista presente nas ciências humanas e, mais propriamente da Psicologia, ainda hoje, desfazendo cisões tais como homem-mundo, sujeito-objeto, psique-corpo e interno-externo.

Esse texto pode ser lido em diversos níveis de hermenêutica, ou variados modos de compreensão, são metadiscursos que se compõem a partir de outros discursos.

- Em um primeiro momento, pode ser entendido como um trabalho técnico/clínico, no qual se desenvolvem técnicas para acesso ao inconsciente e para o processo de iteração entre consciente e inconsciente, com ênfase propriamente na criação de imagens;
- Num outro nível, um texto epistemológico, pois como se verá ele aborda o problema dos modos de conhecimento do inconsciente e do consciente. Modo de distinção feita entre uma ênfase que seria dada no aspecto estético do símbolo ou em sua compreensão, tratando, também, da questão da “visão sintética”, um modelo de ciência que se basearia no sentido, em vez

*Jr. M. D. A função transcendente: algumas reflexões sobre o processo de criação*

da explicação. Nessa perspectiva, existe um aspecto metodológico do uso do termo como função e como processo;

- Por fim, pode-se entendê-lo em seu aspecto ontológico, ao caracterizar o processo de formação do indivíduo, como se originando a partir do “confronto” e diálogo entre consciente e inconsciente.

Jung (1916/1991), ao iniciar o texto, levanta um primeiro problema perguntando ao leitor: “De que maneira podemos confrontar-nos com o inconsciente?” Por confrontarmos entendo ir em direção à... Ou ir contra, produzindo uma reação. Isso pode dar alguma ideia dos esforços de compreensão exigidos pelas primeiras tentativas de se chegar a uma visão sintética do processo psíquico no tratamento analítico, atitude “construtiva” ou criativa, como veremos ao longo de todo o ensaio. “De que maneira podemos confrontar-nos com o inconsciente? Esta é uma questão colocada pela filosofia da Índia, e de modo particular pelo Budismo e pela filosofia Zen. Indiretamente, porém, é a questão fundamental, na prática de todas as religiões e de todas as filosofias” (Jung, 1916a, p. XI)

Por visão sintética ou construtiva, deve-se entender, também, a necessidade de estabelecer um método hermenêutico, como forma de compreensão dos processos psíquicos a partir de sua narratividade e que entende a questão do sentido como aquilo que deve ser buscado. Em um encaminhamento hermenêutico, pode-se dizer que Jung – ao criar imagens e metáforas para descrever a experiência psíquica – atualiza a Psicologia como atividade científica. Ele a situa em um modelo de “ciência” que corresponderia, de modo mais fidedigno, à psiquê. Possibilitar que o sentido emergja é o processo de criação que se refaz no vigor da experiência originária.

Qual a questão da Psicologia? Tal é

a pergunta feita por Jung; essa questão, conforme diz, é a mesma colocada pelas religiões e filosofias. Todas as religiões tratam da questão do Ser, do sentido e, como nos diz Kolakowski (1981), todas as filosofias, ou melhor, todo filósofo, em última instância, estaria a lidar com a questão do sentido de sua experiência, com algo que é do âmbito do valor; enfim, o fato de se encontrar um certo dia habitante de mundo e sofrendo suas vicissitudes, e ocupar-se disso.

A autêntica Filosofia pode ser descrita como a pré-ocupação com a questão do Ser (Zimmerman, 1986); tarefa que se determina como a escolha autêntica do filósofo em ser a abertura por meio da qual o Ser se realiza, materializa-se, vem a existir como ente. A Filosofia não é, então, um emaranhado de conceitos teóricos a serem adquiridos ou uma forma de pedagogia do bem viver, não tendo uma utilidade prática. Como escolha e abertura que é, torna-se necessário um retornar constante sobre o próprio Ser, tendo o filósofo que, em sua inefável fugacidade, se colocar a cada instante à sua escuta, escuta de seus sinais; símbolos que se realizam e atualizam como corpo e alma do ente. Em vez de considerar apenas questões relativas à subjetividade, sua constituição e suas preferências, há um descentramento, pois a questão não reside no sujeito e em sua pretensão de fundamento ontológico da verdade, mas no sentido ou interpretação dos sinais que se manifestam, tomando o indivíduo e o mundo como sua voz. Nesse descentrar-se do filósofo, ele se encontrará totalmente e inevitavelmente implicado, pois poderá (ou não) corresponder a essa questão fundamental, como a abertura ou horizonte do Ser. “O inconsciente, com efeito, não é isto ou aquilo, mas o desconhecido que nos afeta imediatamente. Ele nos aparece como de natureza psíquica, mas sobre sua verdadeira natureza sabemos tão pouco – ou, em linguagem otimista – tanto quanto a natureza da matéria...” (Jung, 1989, p. 11)

Esse “desconhecido que nos afeta” seria a experiência originária, a experiência antepredicativa que Jung tenta resgatar em todo seu vigor por meio de imagens e símbolos. Experiência radical que se encontra na base de toda preocupação religiosa, filosófica e psicológica, ou seja, fundamento, que seria inapreensível, imune à colonização pela razão, em sua radicalidade e que fundaria qualquer modo de constituição do humano. Dessa forma, pode-se dizer que esse solo fundante, a natureza é a própria força de geratividade, força de criação que continuamente se renova.

O inconsciente, conforme Jung, é a experiência antepredicativa e radical que ultrapassa a subjetividade, a experiência imediata, que se torna apreensível utilizando metáforas ou símbolos que serão construídos em cada época ou cultura como modo de permitir que venha à luz e adquira forma; essas metáforas não são produtos de um sujeito, não há uma vontade a criá-las, surgem como a linguagem própria do inconsciente e a constituição mais própria da subjetividade.

[...] O símbolo precisa do homem para se tornar. Mas ele vai além do homem, é por isso que recebe o nome de “Deus” porque ele expressa uma realidade espiritual (ou um fator) mais forte que o ego. (Eu o chamo de Self). Esse fator é preexistente no inconsciente coletivo, mas impotente até que o Eu tenha se tornado consciente disso, só então ele se torna o mestre. (“Não sou mais eu quem vive, é Cristo quem vive em mim”.) Ele substitui o ego em pontos importantes. Daí o desaparecimento do sentimento de desamparo. (“Seja feita a tua vontade”). (Jung, 1992, p. 97 – tradução do autor)

## II Desenvolvimento

Segue Jung (1916/1961) dizendo que não se deve entender a “função transcendente como algo de misterioso ou metafísico”. Como função diz respeito a um processo, conforme será visto, baseia-se em estabelecer uma relação entre dois termos,

ou mais. Esses dois termos, como descritos por Jung, são o consciente e o inconsciente. Ao se utilizar do termo “função transcendente”, Jung compara com a função transcendente matemática, uma função não algébrica, aquela que não tem como raiz números racionais, inteiros ou negativos. Ele estabelece, assim, um quadro epistemológico bem definido, pois em Matemática não restam dúvidas quanto ao que seja a função transcendente.

Por “função transcendente” não se deve entender algo de misterioso e por assim dizer suprassensível ou metafísico, mas uma função que, por sua natureza, pode-se comparar com uma função matemática de igual denominação, e é uma função de números reais e imaginários. A função psicológica e “transcendente” resulta da união dos conteúdos conscientes e inconscientes. (Jung, 1916a, p. 1)

Na Matemática, “função”, “números transcendentais”, “números imaginários” e “função transcendente” são bem definidos, são conceitos estabelecidos. Porém no modelo que Jung pretende estabelecer, para a compreensão da constituição do psiquismo e do humano, não há uma clareza quanto ao modo de entendimento que ele pretenderia, assim como para que ele se utiliza de um termo da Matemática ao descrever um processo psíquico, o que leva a uma série de indagações.

Para que se possa ter uma compreensão adequada do que sejam os processos que Jung descreve, faz-se necessário que se entenda o que é a função transcendente em Matemática, assim como a compreensão desse fenômeno que Jung tenta circunscrever. O que se pretende não é – deve-se ressaltar – simplesmente transpor um conceito matemático para a Psicologia ou vice-versa, mas esclarecer, com o próprio fenômeno e a partir dele, o sentido dessa intuição que diz sobre o processo de constituição do psiquismo, possibilitar um diálogo entre a Matemática e a Psicologia, desfazendo a distância entre saberes.

Em outras palavras, o que se pretende é o esclarecimento, a compreensão, por intermédio do caminho pelo conceito de função transcendente e números transcendentais na Matemática, assim como dos processos descritos por Jung. Para isso, demanda-se a reconstituição do fenômeno, da intuição e do horizonte para onde tal intuição aponta, tematizando a noção de psiquismo em Jung e o conceito matemático. Inquirir o texto a partir dele próprio, ao reconstituir sua raiz, em vez de estabelecer algum modo de comparativismo ou associação que conduza para fora do próprio texto, permite-nos afirmar que estamos em um projeto hermenêutico.

É interessante observar que Jung, ao “explicar” para o leitor o que seria a função transcendente em Matemática, faz uso do conceito de números imaginários – para não dizer que explica de forma ambígua –, ele não se atém à diferença entre números reais, imaginários e transcendentais, definindo, assim, a função transcendente como constituída de números reais e imaginários. O que do ponto de vista matemático estaria errado, pois uma das características fundamentais da função transcendente é ter como raiz números transcendentais, ela é composta de números transcendentais. Do ponto de vista psicológico, para o que pretende indicar, a noção de números imaginários pode ser considerada como suficiente para a intuição da ideia originária que se encontra “por trás” do conceito de função transcendente.

Porém, se não se olhar essa definição apenas de uma forma redutiva, ou analítica, ter-se-á nesse ponto uma indicação de que existe uma intuição original, um modo de compreensão não racional que apreende relações totais, não parciais ou categorizáveis, e nos encaminha para a questão “do que Jung está falando?”, isto é, algo é intuído, apreendido não conceitualmente, porém que tem necessidade de ser expresso por meio deste. Esse algo ou essa “coisa” é o que Jung tenta

indicar, mostrando que existe uma afinidade entre isso e a ideia que se encontra operacional na Matemática pelo conceito de função transcendente. Tal como o imaginário, o inconsciente é essa “cifra” estranha que entra em operação mediante a dialética com o consciente e assim criará a função organizadora do psiquismo.

A “função transcendente” seria composta por dois fatores: “conteúdos conscientes e inconscientes”. Ela é um modo de colocar em relação dois termos que, como se verá, são indetermináveis, e a partir dessa relação tanto a consciência quanto o inconsciente se constituem. Existe, porém, uma analogia entre o que ele designa como números reais e a consciência, conhecido, limitado, e os números “imaginários”, que seriam os elementos inconscientes. O termo de relação entre os dois, dinâmica fundamental de integração e formação do humano, a função. Jung indica, por um lado, uma dicotomia entre consciente e inconsciente, por outro lado, aceita um contínuo processo de integração, o qual não é apenas produto posterior a uma cisão originária, mas um modo de constituição radical, que se enraíza na própria organização do psiquismo, pois o inconsciente coletivo como origem e matriz de todos os modos de desvelamento do humano é a fonte da própria consciência.

A consciência não se constitui, para Jung, a partir de uma cisão em relação ao inconsciente, pelo contrário, emerge deste e permanece enquanto um modo de desdobramento e de atividade específica com suas peculiaridades, distinta do modo de funcionamento do inconsciente. Porém, como tem sua origem neste “desconhecido” originário do inconsciente, a consciência é, também, um modo de ser, de desdobramento do próprio inconsciente. A função transcendente conduz, assim, para esse enraizamento da consciência no inconsciente, para a percepção da não dicotomia entre ambos, um processo que se atualiza como princípio de organização operacional encaminha, também, para o

princípio por meio do qual um e outro emergem como próprios.

Consciência, para Jung, é um processo momentâneo de adaptação, ao passo que o inconsciente contém não só todo o material esquecido do passado individual, mas todos os traços fundamentais herdados que constituem a estrutura do “espírito humano”. O inconsciente contém, também, todas as combinações de fantasia que ainda não ultrapassaram a intensidade liminar e, com o correr do tempo e em circunstâncias favoráveis, entrarão no campo luminoso da consciência. Existe um processo de constituição pelo qual o que será “produto” da consciência, ou melhor, a própria consciência, emerge do inconsciente, modifica seu modo de ser, modificação qualitativa que decorre de trocas de energia entre consciente e inconsciente. “Teoricamente, é impossível dizer até onde vão os limites do campo da consciência, porque este pode estender-se de modo indeterminado. Empiricamente, porém, ele alcança sempre o seu limite, todas as vezes que toca o âmbito do desconhecido” (Jung, 1954, p. 3).

Pode-se dizer, de acordo com Jung (1954), que entre o inconsciente e o consciente há uma ambiguidade. Existiria uma consciência coletiva e heroica que seria uma forma de inconsciência, e o inconsciente teria sua própria forma de intencionalidade operativa, sendo uma forma de consciência. Geralmente ele prefere o termo consciente para se referir à capacidade de refletir sobre, apreciar. A apreciação seria a forma própria da intencionalidade encarnada, pré-reflexiva ou vivida inconscientemente, de apreensão da existência e da experiência.

A apropriação seria o ato de “responsavelmente” (Brooke, 1991) o indivíduo aceitar suas próprias experiências como algo pertencente a si mesmo, assumindo seu destino, em vez de se massificar. Ela se daria como o processo pelo qual as coisas, imagens e eventos são

percebidos psicologicamente e não de forma literal. Esse processo não é de forma alguma separado da reflexão para Jung. Reflexão seria o mesmo que tornar-se consciente, sentir que algo é “justo” (Adler, 1980), processo de integração e apreensão.

A reflexão não deve ser entendida simplesmente como um ato de pensamento, mas sim como uma atitude... Como o próprio mundo testifica (“reflexão” significa literalmente “voltar-se para trás”), reflexão é um ato espiritual que vai em sentido contrário ao processo natural; um ato no qual nós paramos, chamamos alguma coisa à mente, como uma imagem, e estabelecemos uma relação que nos situa com o que vimos. (Jung, 1942, p. 48)

A reflexão não se daria de maneira representativa e sim como resultado de reconhecimento, “reflexão sobre” e “retenção” da experiência de tal forma que possibilite ao indivíduo integrar isso com o que aprendeu e senti-lo como relevante, apreendendo e gerando um sentido para sua vida.

O inconsciente seria inconsciente apenas a partir do ponto de vista do homem, não necessariamente em si mesmo ou por si mesmo; esse termo descreve uma qualidade da vida que é vivida, não alguma entidade metafísica substancializada. Tem um modo de compreensão, mesmo que não seja reconhecido pela consciência representacional. Ele seria, então, uma consciência ambígua, uma encarnação existencial e nascente, à qual faltaria, entretanto, autorreflexão e apropriação.

O inconsciente como intencionalidade encarnada e corporificada estaria sempre presente nos relacionamentos interpessoais, tornando-se disponível na experiência. Poder-se-ia dizer que não haveria, então, apenas processos de projeção – de um inconsciente subjetivo sobre o mundo. O que se chama por projeção seria a apropriação e vivência de um modo de ser e de uma maneira do inconsciente se manifestar por meio dos relacionamentos. O outro e o mundo fazem

parte dessa intencionalidade encarnada e são horizontes de manifestação e geração de sentido tanto quanto o próprio indivíduo.

O horizonte da consciência poderia apenas refletir de uma forma incompleta a existência que se encontra desde seu princípio vivida de forma inconsciente. A autocompreensão ou o autoconhecimento nunca seriam transparentes para o eu, por causa da opacidade impessoal do fundamento da vida, que é o solo da consciência. Tanto a consciência quanto o inconsciente seriam inapreensíveis em sua forma última, pois a própria vida antepredicativa, o inconsciente, é um momento de abertura e de uma síntese inacabada, dando-se como revelação e ocultamento.

Jung (1916/1991) inicia o texto de “Função Transcendente” expondo que a experiência na Psicologia Analítica tem mostrado que o consciente e o inconsciente raramente concordam em termos de conteúdos e tendências. Existiria uma falta de “paralelismo”, que é justificado e intencional. Essa justificativa se encontra no fato de o inconsciente agir, ter uma atitude, complementar ou compensatória em relação ao consciente. Assim, existiria um processo de contínua troca entre ambos, se por um lado há uma diferenciação, por outro há, também, um processo de unificação desses dois termos em uma unidade dinâmica.

A diferença entre os dois termos, consciente e inconsciente, é como se vê uma diferença de atitude, ou, por assim dizer, de dois modos complementares de constituição da realidade da experiência. O consciente tem um modo de “funcionamento” específico que se caracterizaria por:

1. A consciência possui uma intensidade limiar que seu conteúdo deve ter alcançado, de modo que todos os elementos que estão fracos demais permaneçam no inconsciente.
2. A consciência, por causa de suas funções dirigidas, exerce uma inibição em todo material incompatível, com o resultado de que afunda no inconsciente.

3. A consciência constitui o processo momentâneo de adaptação, ao passo que o inconsciente contém não apenas todo o material esquecido do próprio passado do indivíduo, mas todos os traços de comportamento herdados que constituem todas as combinações de fantasia. (Jung, 1916a, p. 69)

A consciência seria formada por um modo de organização que implica persistência, regularidade e intencionalidade. Desdobra-se, assim, como temporalidade linear e não contraditória, com a organização da experiência dentro de um princípio de continuidade e trajetória. À medida que, ao perfazer trocas com o inconsciente, a energia dos conteúdos deste aumenta ou diminui, a consciência, como um complexo, necessita de energia para que os “conteúdos” (a multiplicidade dos modos de ser e de suas experiências) se mantenham ligados em uma unidade organizada. Unidade essa que mantém os princípios de organização e funcionamento da consciência, ou seja, a unidade da consciência asseguraria a linearidade, a não contradição, concentração e categorização do mundo como algo estável e permanente, mantendo, assim, a possibilidade de uma continuidade do próprio existir humano dentro de fronteiras seguras ao evitar o confronto com a multiplicidade e dinamismo do inconsciente, o que surgiria como ameaça para a manutenção da consciência.

A consciência é um princípio de relação, o colocar em conjunto, reunir e recolher.

Eu entendo por consciência o colocar em conexão com o eu os conteúdos psíquicos; existe consciência na medida em que o eu percebe esta relação. As relações com o eu que esta não percebe como tais são inconscientes. A consciência é a função, ou atividade, que entretém as relações dos conteúdos psíquicos com o eu. Para mim, a consciência não é idêntica à psique que constitui a totalidade dos conteúdos psíquicos. Ou, todos não são necessariamente ligados ao eu; eles não

participam sempre a ponto de possuir a qualidade de consciência. (Jung, 1921, p. 421)

Para a manutenção dessa unidade estável, faz-se necessário um modo de compreensão do mundo e do homem, em que estes sejam entendidos como estáveis, passíveis de certeza e determinação. Assim, a consciência se compreende como algo destacado do mundo, cindida, como uma “mônada” representacional ou em contraposição à natureza. Pois bem, se existe um antagonismo dessa forma, cabe à consciência assegurar sua preservação, e para tal deverá estabelecer leis, regras, e a certeza como fundamento do conhecer. Transforma, como consequência, tudo aquilo que não é suscetível de ser subjugado a essas regras ou leis em algo “irracional” ou “bárbaro”, ou seja, algo que não deve ser considerado como possuidor de uma validade, a não ser que se submeta à sua medida.

Já o inconsciente tem como forma de organização o modo de funcionamento das “fantasias” ou das imagens que o constitui. O modo de organização do inconsciente é solidário ao modo de funcionamento dos símbolos. Todas e quaisquer combinações são possíveis, o que vigora aí é o sentido, o logos, e não a racionalidade, ou a representação.

O fato de a consciência ter um modo de funcionamento que a torna dirigida para um fim traz desvantagens, pois implica na inibição ou bloqueio de todos os elementos psíquicos que possam ser incompatíveis. Os elementos capazes de mudar a direção preestabelecida conduzem, assim, a um fim não desejável, rompendo com a trajetória estabelecida pela consciência e sua certeza. Todo julgamento da consciência, nesse âmbito, se estabelece de forma parcial e preconcebido, pois escolhe uma possibilidade particular em detrimento de todas as outras. O julgamento, como diz Jung, se baseia na experiência, isto é, naquilo que já é conhecido. Não se baseia no novo, no que ainda é desconhecido ou

inusual, o que poderia enriquecer substancialmente o processo da consciência, por meio da inserção de novos elementos, ou novas direções. Assim,

o processo dirigido se torna necessariamente unilateral, mesmo que o julgamento racional pareça plurilateral e despreconcebido.

[...] A própria racionalidade do julgamento é um preconceito da pior espécie, porque chamamos de racional aquilo que nos parece racional. Aquilo, portanto, que nos parece irracional, está de antemão fadado à exclusão, justamente por causa de seu caráter irracional, que pode ser realmente irracional, mas pode igualmente apenas parecer irracional, sem o ser em sentido mais alto. (Jung, 1916a, p. 3)

Todo modo de compreensão se daria, então, a partir de um horizonte preestabelecido, ou de um paradigma no qual a consciência se encontra constituída. A partir dessa perspectiva, qualquer conhecimento, ou modo de compreensão de algum fenômeno extrínseco ao modo de constituição e aos referenciais da consciência, são colocados em suspenso ou mesmo excluídos de seu campo de tematização. A criatividade, o “novo”, e a imprevisibilidade, seriam transtornos ou “patologias”, distúrbios que necessitariam ser evitados e combatidos para que o modo de compreensão baseado na certeza, na regularidade, se perpetue. Consoante, assim, uma grande quantidade de energia, a consciência, para a manutenção de sua estabilidade.

Jung discorre sobre a unilateralidade da consciência. Unilateralidade que gera uma contraposição do inconsciente, assim, quanto maior for a unilateralidade, a tendência oposta irrompe na consciência. Essa unilateralidade da consciência traz para si própria um problema, que é o modo de integrar aquilo que se tenta excluir, como integrar os “conteúdos” inusitados e estranhos à consciência. Ou seja, implica em como a consciência pode efetivamente se transformar, sem apenas repetir seus modos de desdobramento ou permanecer



num modo de transformação impróprio, no qual transformação torna-se simplesmente repetir a si-própria de maneiras variadas, sem modificação em seus modos de relação com o mundo. “[...] A questão é esta: que espécie de atitude espiritual e moral é necessária adotar frente às influências perturbadoras, e como se pode comunicá-la ao paciente?” (Jung, 1916a, p. 5).

O que se observa, ao longo do exposto, são temas que permeiam o pensamento de Jung, a partir de sua intuição daquilo que pretende desenvolver em “função transcendente”. O tema central é da separação/dicotomia entre consciente e inconsciente, uma dicotomia que apesar de efetiva não é constitutiva do humano, pois o que se pretende é a aproximação e a integração de ambos. Essa dicotomia seria, por um lado, o que possibilitaria a existência da consciência, como uma distinção, porém; por outro lado, é o que a torna defensiva e rígida, impedindo sua transformação, sem a qual se torna passível de extinção.

Como exposto anteriormente, em última instância, existe uma unidade radical, multiplicidade que se diferencia e se integra, formando uma unidade que subsiste enquanto fluidez e potência criadora. Essa unidade emergiria a partir da dinâmica associativa, integrativa, da multiplicidade, como um “complexo” conglomerado de ideias e afetos, como define Jung.

A resposta para essa cisão consiste, como diz Jung, em suprimir a separação vigente entre a consciência e o inconsciente. Porém, não se pode fazer isso, “condenando unilateralmente os conteúdos do inconsciente”. É chamada de transcendente porque torna possível organicamente a passagem de uma atitude para a outra, sem perda do inconsciente. Isto é, a “função transcendente” é algo que vigora a partir do âmbito em que existe uma unidade originária, algo de misterioso, que é o inconsciente coletivo a partir do qual um e outro se constituem. É um princípio de

organização que indica que existe uma intencionalidade, uma direção, desde a origem, radical. Essa intencionalidade, princípio de organização, é dinâmica, caracteriza-se por estabelecer relações, compor malhas, criar símbolos. Como diz Jung, a “função transcendente” não é constituída pelas tendências, porém, cabe ressaltar que ela se manifesta como uma formação a partir das tendências da consciência e do inconsciente. Entende-se por isso que ela existiria como uma virtualidade em sua qualidade de função, forma, princípio ou *archê* de organização/unidade, tornando-se manifesta, emergindo no próprio processo de unificação das tendências.

Para Jung (1916a), o terapeuta na situação analítica se faz de função transcendente, isto é, torna-se o processo de função transcendente, ao ajudar o paciente a unir o inconsciente e o consciente, promovendo uma mudança de atitude, passa a se constituir como uma manifestação do processo simbólico. Assim, clinicamente, ele desempenharia o papel de um símbolo interativo do psiquismo do paciente, um símbolo que é constituído pela relação entre ambos, ao mesmo tempo em que se abre como uma dimensão do inconsciente no qual os dois estão enraizados, realizando a *mysterium conjunctionis*.

Um dos aspectos da transferência reside na função que o terapeuta assume de encarnar a “função transcendente”, ou seja, ele se torna uma epifania do processo de integração e mudança psíquica que, do ponto de vista externo, se nomeia de transferência, porém, do ponto de vista interno, é um símbolo que se refere também, mas não somente, ao paciente, e ao que ele tem de mais próprio. A transferência é o veículo pelo qual o paciente procura a mudança vital de atitude, de forma inconsciente, mudança essa que estará associada à relação com o terapeuta que se encontra diante dele. “A função da transferência não deve ser procurada nos

seus antecedentes históricos, mas no seu objetivo” (Jung, 1916a, p. 6). Se a transferência se constitui como um processo legítimo de criação de realidade psíquica, a interpretação e o trabalho da transferência no aspecto redutivo tornam-se limitantes para sua compreensão, requerendo, assim, um trabalho “construtivo” (Jung, 1916a, p. 6), que se basearia em seu aspecto teleológico e em seu sentido.

Interessante de se observar a relação estabelecida por Jung entre esse processo de relação entre duas pessoas que se estabelece na prática clínica, à medida que o cliente consegue estabelecer uma relação de diálogo com o terapeuta e identificá-lo como o outro que se encontra diante de si, torna-se possível a integração desse outro que é ele próprio. A transferência não seria, assim, meramente um processo de “projeção” de algo sobre alguém, como é subentendida a partir do sentido do próprio termo. O que se chama de transferência pode ser entendido como um processo de interação de uma realidade, o inconsciente, que não se encontra restrito a uma interioridade.

Como método (Mattoon, 1992), a função transcendente, é um processo natural, uma função psicológica presente em todo indivíduo. Ela se encontra, assim, intimamente ligada ao método sintético ou construtivo. Mas quanto a isso Jung parece um tanto ambíguo: “eu peço ao leitor para entender que eu escrevo sobre coisas que realmente acontecem, e eu não estou propondo métodos de tratamento” (Jung *apud* Mattoon, 1992, p. 11). Essa ambiguidade pode ser entendida como a dificuldade de exposição de uma ideia que permanece como fundamento e vigora a cada momento do processo de constituição do humano. Ao falar do processo de individuação e do processo terapêutico, identifica-se como não existe uma solução de continuidade, e entende-se que Jung fala de uma origem, não um início ou fator causal, origem como sendo aquilo que vigora desde já, sendo raiz e permanência

dos modos de ser, aquilo que impera e sustenta em seu horizonte.

Mas também pode ser usado como um método; isto é, quando a vontade contrária do inconsciente é buscada e reconhecida em sonhos e outros produtos inconscientes. Desta forma, a personalidade consciente é confrontada com a contraposição do unconscious. O conflito resultante – graças precisamente à função transcendente – leva a um símbolo que une as posições opostas. O símbolo não pode ser conscientemente escolhido nem construído; é uma espécie de intuição ou revelação. (Jung *apud* Dehing, 1992, p. 18)

Jung define a função transcendente como a “união de conteúdos conscientes e inconscientes”, “a reconciliação” dos pares de opostos, e a partir dessa reconciliação uma nova coisa é sempre criada, uma nova coisa é realizada. Esse processo não lida somente com “conteúdos”, mas, como se depreende, é a interação e integração em um todo, múltiplo e dinâmico, do inconsciente com o consciente. Isto é, a função transcendente, que “nasce da união dos opostos”.

O símbolo é o mecanismo pelo qual a dicotomia entre consciente e inconsciente será desfeita, entre externo e interno, pois este passa a ser uma “encarnação” do psiquismo como uma totalidade não fragmentada, ou seja, o símbolo reúne em sua constituição todas as possibilidades de compreensão e reúne os opostos em uma unidade não fragmentada. Dessa forma, o símbolo é a função transcendente tanto quanto é o processo pelo qual a função transcendente se realiza.

O alternar-se de argumentos e de afetos forma a função transcendente dos opostos. A confrontação entre as posições contrárias gera uma tensão carregada de energia que produz algo de vivo, um terceiro elemento que não é um aborto lógico, consoante o princípio: *tertium non datur* [ não há um terceiro integrante], mas um deslocamento a partir da suspensão entre os opostos e que leva a um novo nível de ser, a uma nova situação. A função transcendente aparece

como uma das propriedades características dos opostos aproximados. (Jung, 1916a, p. 22)

Como expõe Dehing (1992), a função transcendente, como a função mediadora entre os opostos, é arquetipicamente fundada e constitui, desse modo, a estrutura do indivíduo. Assim, aquilo que será experienciado como a individualidade ou a experiência do humano surge a partir desses processos de integração.

Essa função pode se iniciar e conduzir ao processo de individuação independente de qualquer processo terapêutico ou de reflexão; faz parte de todas as práticas religiosas e caracterizaria o verdadeiro filósofo, como exposto anteriormente. Certas práticas terapêuticas podem desencadeá-la ou conduzir a ela. Sua atividade conduz à formação de símbolos e à união dos opostos, não como uma simples reunião de polos antitéticos. Há um conflito que deve ser assumido e integrado pela consciência – o sofrimento não pode ser negado e a tensão tem que ser suportada. Isso pode parecer um ato heroico, de decisão e vontade a ser desempenhado pelo ego, mas não é essa a intenção que se percebe em Jung, pois para ele o ego e a consciência se encontram fundados no vigor e no horizonte da psique que conduz e delinea todo o processo. Pressupõe-se, assim, uma acolhida, uma abertura e uma entrega do sujeito como o hospedeiro dessas imagens e ao mesmo tempo de sua morte e transformação nelas; o indivíduo, pela acolhida, recolhe-se junto como uma nova imagem que surge. Para Jung se é levado pela função transcendente a “um novo estado de ser”, uma nova consciência, um novo sujeito surge desse encontro, a cada instante em que o símbolo é criado. A atitude que se requer do sujeito é aquela tida por Filemon – o personagem que Jung pintou e com o qual passeava e dialogava (acolhia) em seus anos de crise – o único a abrir suas portas para Zeus.

Como método, com efeito, a função

transcendente

[...] Se baseia em apreciar o símbolo, isto é, a imagem onírica ou a fantasia, não mais semioticamente, como sinal, por assim dizer, de processos instintivos elementares, mas simbolicamente, no verdadeiro sentido, entendendo-se “símbolo” como o termo que melhor traduz um fato complexo e ainda não claramente apreendido pela consciência. (Jung, 1916a, p. 7)

Por meio do método sintético, de constituição de sínteses, a função transcendente nos conduz para um modo de compreensão que seja solidário do modo de constituição de uma realidade não redutível à explicação. Traz-se à tona a necessidade de narrativas que gerem significados em vez de categorias que são regidas pela pretensão de validade e certeza. O analista sustenta a função transcendente, principalmente pela análise dos sonhos e de sua força criadora, que seria o “método ideal de sintetizar os materiais conscientes e inconscientes”. O analista deverá ser um *mythographos*, um narrador de mitos, fazendo uso da imaginação como ferramenta de criação de sentido. “O tratamento construtivo do inconsciente, isto é, a questão do seu significado e de sua finalidade nos fornece a base para a compreensão do processo que se chama função transcendente” (Jung, 1916a, p. 7).

Para produzir a função, precisamos do material inconsciente, seja de qual forma for, isto é, o inconsciente será a matriz, o *archê* a partir do qual serão produzidos os símbolos como função integradora e transformadora.

[...] Características do *abaissement du niveau* mental, da baixa tensão energética: descontinuidade lógica, caráter fragmentário, formação de analogias, associações superficiais de natureza verbal, sonora ou visual, contaminações, irracionalidade de expressão, confusão, etc. Com o aumento da tensão energética, os sonhos adquirem um caráter mais ordenado, tornam-se dramaticamente compostos, revelam uma conexão clara de sentido, e cresce o valor de suas

associações. (Jung, 1916a, p. 9)

O método torna-se meio de produção de fantasias, isto é, de símbolos, os quais resgatarão a experiência como enraizamento nos afetos, ou seja, o aspecto energético da constituição da experiência. Isso está indicado ao se propor como um começo da função transcendente o ser afetado pelas imagens, em que ele se converte em uma ideia mais ou menos clara e articulada, graças ao apoio da consciência. A importância do afeto está em ele ser uma disposição pela qual o indivíduo se enraíza e se abre qualitativamente ao mundo, o afeto é forma de compreensão de mundo. Logo, o afeto resgataria a dimensão qualitativa, a cadeia de vínculos, que enraízam homem e mundo, e o que era anteriormente não relacionado converte-se em uma ideia mais ou menos clara e articulada, graças ao apoio da consciência.

Como um processo, vemos que Jung refere-se constantemente à função como uma relação entre dois elementos, como uma função matemática, mas em outras passagens a define, também, como uma “transição para uma nova atitude [...] uma experiência pessoal involuntária [...], um processo puramente natural” (Jung *apud* Dehing, 1992, p. 17). Isso “não é um processo parcial seguindo um curso condicionado; é um evento total e integral no qual todos os aspectos são, ou deveriam ser, incluídos” (Jung, 1916a, p. 20).

Nos seus textos sobre o processo de individuação, as referências em torno da relação entre função transcendente e processo de individuação tornam-se explícitas: a função transcendente é considerada como parte desse processo. Algumas vezes a função transcendente é identificada com a conjunção do inconsciente e do consciente, a transição para o *Selbst* (Dehing, 1992).

Como diz Jung, isso promove “um novo estado de ser”, uma nova consciência, isto é, um novo homem surge desse encontro, surge a cada instante em que o

símbolo é criado, em que há transformação.

Como função, Dehing (1992) indica um processo de interação entre variáveis não determinadas, “significa função psicológica” (Jung, 1916a, p. 1), combinadas por elementos conscientes e inconscientes, uma constante cooperação de fatores conscientes e inconscientes, por colocar em relação elementos diversos e desempenhar um papel ordenador, porém sem ser determinista.

Esse processo, proporcionado pela função, tem um aspecto no qual a dinâmica e a interação dos opostos são de profunda importância. Como função, sua tarefa principal seria possibilitar esse mesmo processo de interação de tal forma que a multiplicidade e a dinamicidade dos elementos psíquicos possam emergir como um todo. Esse todo é uma síntese não acabada, pois como função estabelece relações constantes.

Essa experiência complexa provém do inconsciente (Dehing, 1992). A iniciativa também provém do inconsciente, mas toda crítica, escolha e decisão repousa na mente consciente. A “função transcendente” não é algo feito por alguém; ela surge a partir da tensão gerada pelo conflito dos opostos. Ela se revela como um modo de apreensão mediada pelos arquétipos e capaz de unir os opostos. Jung postula, assim, o caráter arquetípico da função transcendente, processo de ligação e operacionalidade de duas variáveis que podem ser descritas, em nível psicológico, como elementos provenientes dos determinantes históricos temporais, ou seja, a função reuniria os aspectos cotidianos, determinantes culturais, situacionais com o vigor criativo do inconsciente, formando então o que será um novo modo de constituição da personalidade. Essa personalidade será assim um novo símbolo que emerge como a própria função. É interessante notar que do ponto de vista clínico o que se caracterizaria com isso é que uma personalidade sadia e forte seria aquela que permite ser a síntese dos

opostos, em vez de permanecer, apenas, de um modo estático e conservadoramente preservando um estado de referência para si-própria imutável, ou seja, a formação da personalidade é um processo de criação, ser é criar.

Em seus aspectos clínicos, continuando, Jung discorre sobre a importância da imagem, que pode expressar o distúrbio emocional, pois a imagem lhe confere uma forma visível. Para tal,

Importa menos uma descrição tecnicamente ou esteticamente satisfatória, do que deixar campo livre à fantasia, e que tudo se faça da melhor modo possível. Aqui também tem-se um produto que foi influenciado tanto pela consciência como pelo inconsciente, produto que corporifica o anseio de luz, por parte do inconsciente, e de substância por parte da consciência. (Jung, 1916a, p. 15)

A atitude da consciência é a de se posicionar em acordo com o inconsciente, colocando, assim, seus conteúdos como meio de expressão do inconsciente, porém sem orientar a forma pela qual o inconsciente lidará com esses elementos. A condução do processo é deixada à disposição do inconsciente. “Esta situação representa uma espécie de retrocesso do ponto de vista consciente, e é sentida como algo penoso” (Jung, 2016a, p. 18). Isso do ponto de vista de uma consciência que se compreende como regida pelos critérios de certeza e baseia-se em um modo de pensar em que o logos tornou-se sinônimo de razão. Porém, em função dessas características, a consciência se coloca, muitas vezes, em oposição ao inconsciente, dispondo de energia considerável para “assegurar” a manutenção de sua continuidade e identidade.

Jung descreve esse processo de formação de consciência, ou transformação, como sendo um “entrar em acordo” com o inconsciente, em que tanto valor é dado à consciência quanto ao inconsciente. Entrar em acordo significa corresponder, isto é, estar disponível e, dessa forma, responder de maneira espontânea e em prontidão.

Pode-se pensar, assim, que “entrar em acordo com” é não estar em débito, porque na correspondência se responde, se escuta e se está, sendo assim, tanto recebendo quanto disponibilizando aquilo que lhe é demandado. Como acomodação, estar de acordo com algo é se enraizar nesse algo. Acomodar-se é instalar-se, assim, consciente e inconsciente quando se acomodam significaria que um e outro se encontram instalados reciprocamente, sem preponderância de um ou de outro, estando, ambos, enraizados como uma unidade múltipla, porém, estável.

O tratamento das neuroses é uma renovação da personalidade geral e que repercute em todos os domínios da vida. O processo de transformação se faz necessário para que a “cura” se realize. Cura e transformação são aspectos indissolúveis, implicadas no processo de formação simbólico, isto é, durante o processo de formação do símbolo, cura e transformação, não existiria solução de continuidade.

Isso implica que, numa perspectiva psicopatológica, o sintoma e o transtorno psíquico seriam decorrentes de uma “cristalização” da consciência. Ou seja, quando a consciência se fecha para o inconsciente, posicionando-se como medida e parâmetro de avaliação de tais processos, ela se enrijece e perde a capacidade de se tornar um processo simbólico, o símbolo morre e torna-se signo.

Outra forma de se ativar a função transcendente é pela introversão da libido. O que se obtém com o material simbólico produzido pela ativação do inconsciente, a realização da função transcendente, implica a não existência de uma resposta *a priori*, pois somente quando a consciência é confrontada com os elementos do inconsciente é que se produz aquela reação “provisória a qual, entretanto, determina todo o processo subsequente”.

Só a experiência é capaz de dizer alguma coisa sobre o que aconteceu. Conforme Jung, existiriam duas atitudes

diante do conhecimento ou duas tendências como modos de elaboração da experiência e sua compreensão. Uma delas vai em direção à formulação criativa, e a outra em direção à “compreensão” (Jung, 2016a, p. 16). “[...] Até onde é possível, no momento, tirar conclusões de caráter mais genérico, a formulação estética precisa da compreensão do significado do material, e a compreensão, por sua vez, precisa da formulação estética. As duas se completam, formando a função transcendente” (Jung, 2016a, p. 17).

### III Considerações finais

A formulação criativa e compreensão seriam maneiras complementares de entendimento dos processos psíquicos implicados na função transcendente. Onde predomina o pensamento, este esforça-se para compreender o sentido do produto inconsciente. Esse sentido pode ser apreendido por meio de uma compreensão intuitiva. “Cada uma destas duas tendências é fruto da índole pessoal de cada indivíduo” (Jung, 2016a, p. 17). A tipologia torna-se, assim, modelo de uma epistemologia da psique e a função psicológica orientará a direção tomada em relação ao conhecimento. Porém, o perigo do desejo de entender o sentido material tratado está em supervalorizar o aspecto do conteúdo que está submetido a uma análise e a uma interpretação intelectual, o que faz com que se perca o caráter essencialmente simbólico do objeto.

Quanto ao modo de compreender (Jung, 2016a, p. 21), o que se depreende é que a compreensão torna-se um processo no qual o entendimento racional ou conceitual não se faz totalmente necessário. Compreensão seria um processo de integração da experiência em sua totalidade, não passível de ser totalmente integrada pela consciência, pois trata-se de uma experiência simbólica. Como se vê, Jung, ao discriminar entre funções racionais

e irracionais, estaria indicando a possibilidade de maneiras de conhecer que não seriam redutíveis somente a uma função, seria preciso para tal que o homem se pautasse em todas as funções de conhecimento para poder apreender a experiência. Porém, mesmo assim, algo sempre lhe escapa, pois a experiência é sempre fundada a partir do inconsciente, assim como vigora em toda a sua originalidade, o “desconhecido” (Jung, 2016a, p. 21), dessa forma, toda e qualquer experiência é sempre simbólica.

[...] Muitas vezes as mãos sabem resolver enigmas que o intelecto em vão lutou por compreender. Modelando um sonho, podemos continuar a sonhá-lo com mais detalhes, em estado de vigília, e um acontecimento isolado, inicialmente ininteligível, pode ser integrado na esfera da personalidade total, embora inicialmente o sujeito não tenha consciência disto. A compreensão a que aludimos neste estágio consiste em reconstituir o sentido que, hipoteticamente, parece inerente à ideia “causal” primitiva. (ibidem, p. 21)

Assim, se entende a ênfase dada ao “primitivo” por Jung, ao originário, pois esse modo de construção do conhecimento não se baseia apenas em razões explicativas, baseia-se na experiência primeira, antepredicativa, como forma de organização de sentido. Como se vê no “pensamento mítico” (Eliade, 1991), também os mitos organizam a realidade por meio do fazer, maneiras de construção de sentido e organização da relação de homem e mundo, as quais não demandam para tal de sofisticadas elaborações explicativas ou ferramentas.

Quando se consegue formular o conteúdo inconsciente e entender o sentido da formulação, surge a questão de saber como o ego se comporta diante dessa situação. Tem, assim, início a confrontação entre o ego – “enquanto consciência” – e o inconsciente. Essa é a segunda e a mais importante etapa do procedimento, isto é, a aproximação dos opostos, da qual resulta o

aparecimento de um terceiro elemento que é “[...] A ‘função transcendente’ que é o resultado da união dos opostos”, ou seja, o próprio símbolo.

A “função transcendente” não é um processo parcial, mas um acontecimento integral. Implica, dessa forma, todos os aspectos do processo psíquico, bem como tudo aquilo que se refere à experiência e ao modo de constituição da relação homem-mundo.

Como o processo de confrontação com o elemento contrário tem caráter de totalidade, nada fica excluído dele. Tudo se acha envolvido na discussão, embora se tenha consciência de alguns fragmentos. A consciência é ampliada continuamente, ou – para sermos mais exatos – poderia ser ampliada pela confrontação dos conteúdos até então inconscientes, se desse ao cuidado de integrá-los. (Jung, 2016a, p. 23)

O símbolo, como experiência que inclui essas características, é uma experiência total, o que implica constituição de mundo e intencionalidade, e será aquilo que vigora como princípio de constituição da realidade. Compreender o símbolo torna-se, assim, compreender seu modo de ser, resgatar a experiência em sua multiplicidade e o modo de ser originário do indivíduo e constituição da personalidade.

Quando estudantes de psicologia junguiana ouvem pela primeira vez sobre “função transcendente”, muitos são surpreendidos ao saber que Jung iguala isto com “símbolos”. É certo que ele fez assim; um símbolo verdadeiro é em si transcendente e “função” sugere sua natureza ativa. O símbolo transforma ao reunificar opostos e os transcende. Como Jung coloca, a função transcendente é “a transição de uma condição para a outra.” (Let-1, p. 268 *apud* Matoon 1992, p. 11)

Ao se falar em objetivo/subjetivo, matéria/psique, interno/externo seria, também, recair em polarizações, que quando dicotomizadas conduzem ao reducionismo, isto é, à cristalização de um dos termos do conjunto de possibilidades

infinitas, perdendo a dimensão do todo. Ao tentar abordar um tema tão obscuro, do ponto de vista da Psicologia e da epistemologia, Jung estaria indicando a primazia daquilo que se põe como fundamento da questão do conhecimento tanto quanto da interpretação. Isso quer dizer que nos encaminhamos, por meio da obra de Jung, para a questão do sentido, que se constrói na dinâmica de constituição do homem e mundo, assim como para um modelo não representacional do conhecimento, ou seja, conhecer é criar. Isso implica configurações da realidade – homem e mundo –, que é o resultado do encontro entre variáveis infinitas, temporalidade e atemporalidade, dada a forma originária à qual Jung nomeia por inconsciente coletivo.

Quando alguém reflete sobre o que a consciência realmente é, se é profundamente impressionado pela extrema maravilha do fato que um evento que tem lugar externamente no cosmos simultaneamente produz uma imagem interna, que toma lugar, por assim dizer, também internamente, o que é dizer: torna-se consciente...

Pois na verdade nossa consciência não é criada por si-mesma – ela brota de profundidades desconhecidas. Na infância ela desperta gradualmente do sono de uma condição inconsciente. É como uma criança que nasce diariamente do útero primordial do inconsciente. (Jung, 1943/1980, p. 575)

A personalidade é descrita como a integração dos “conteúdos inconscientes”, um “todo” criado pela aproximação e “síntese” entre consciente e inconsciente. O inconsciente, para Jung, não é apenas determinado pela história do sujeito, o “inconsciente pessoal”, mas inclui o “inconsciente coletivo”, sem o qual não há o surgimento da personalidade. O “inconsciente coletivo” é a verdadeira realidade psíquica, a “psique objetiva” (Jung, 1946) que constitui a personalidade.

Jung introduz o termo “psique objetiva” para frisar que a psique é dificilmente

sujeita à vontade, mas ao invés vive seu próprio destino, e afeta aos indivíduos quer gostem ou não, como certamente faz a “realidade objetiva”. A “psique objetiva” é essencialmente equivalente ao inconsciente, [...], a introdução do termo “objetivo” não revela uma nova entidade; ao contrário, é um adjetivo que frisa “apenas” que a psique não deve ser compreendida ou limitada pelas fronteiras da individualidade pessoal, cuja psicologia pessoal é organizada em torno do “ego”. Então, não se está estritamente falando da psique dela ou dele mas sim da psique na qual ele ou ela possuem perspectivas individuais e desempenham suas partes. (Brooke, 1991, p.77)

A totalidade não é algo determinado, não é a construção de um conjunto ou de uma estrutura fechada – seria descrita como personalidade –, mas sim um todo que se constitui na indeterminação do “inconsciente coletivo”, a psique objetiva. “Somente a parte inconsciente, cujos limites não podem ser demarcados, é que o completa para formar a totalidade real” (Jung, 1943, p. 149). A personalidade torna-se, então, um projeto em processo de realização constante cuja natureza é fundamentalmente criação e transformação.

A “personalidade” como “realização total de nosso ser” e objetivo da Psicologia Analítica, não seria o desenvolvimento e integração de uma interioridade psíquica, constituída pela retirada das projeções sobre o mundo. Ela se refere ao desenvolvimento de “relações apropriadas e de fronteiras no interior da própria ‘realidade psíquica’ – isto é, dentro da vitalidade do mundo da vida...” (Brooke, 1991, p. 80).

Símbolo que se constitui na interação dessas duas instâncias nomeadas por Jung de inconsciente coletivo e consciência, o homem seria um ser que só poderia ser compreendido e não explicado. Constitui-se como um mosaico de isomorfos, pois, como mencionado, a consciência tem origem no mesmo *archê* que a inconsciência, o inconsciente coletivo, o desconhecido, origem de todos os modos de compreensão e ser.

Dinâmica de interação e assimilação entre consciente e inconsciente, pela “função transcendente”, Jung estaria indicando o processo de constituição do próprio indivíduo, ou seja, o modo pelo qual a consciência e o “eu” se realizam. Esse processo, como se vê, é solidário e análogo ao processo de constituição dos símbolos, o que permite considerar que o próprio homem, o mundo, e o “eu”, têm de forma radical uma solidariedade com o próprio símbolo, isto é, são símbolos e como tal devem ser tratados.

Em outras palavras, homem e símbolo, na perspectiva junguiana, seriam homólogos, sendo assim, o homem, a consciência – a personalidade –, são símbolos, não como representações de algo, mas sim como processos de integração e síntese de realidades e mundo “desconhecidos”. Síntese na dialética da interação entre imaginário e real, ou inconsciente e consciente. A função transcendente mostra-se, conseqüentemente, como um argumento que nos conduz às formas de organização e às bases de constituição do que nomeamos como do que existe, e existir é criar.

## Referências

- Brooke, R. (1991). *Jung and Phenomenology*. London: Routledge.
- Clarke, J. J. (1992). *Em busca de Jung: indagações históricas e filosóficas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- Dehing, J. (1992). The transcendent function: a critical re-evaluation. In *The transcendent function: individual and collective aspects*. Einsiedeln: Daimon Verlag.
- Eliade, M. (1991). *Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jacobi, J. (1989). *Complexos, arquétipos e símbolos*. São Paulo: Cultrix.
- Jung, C. G. (1991/1916). A função transcendente. In *A natureza da psique* (Obras Completas, Vol.



Jr. M. D. *A função transcendente: algumas reflexões sobre o processo de criação*

- VIII/2). Petrópolis: Vozes.. (
- Jung, C. G. (1980). *Psicologia da Religião Ocidental e Oriental* (Obras Completas, Vol. XI). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1976). *Tipos psicológicos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Jung, C. G. (1981/1916). The transcendent function. In *The structure and dynamics of the psyche*. (Vol. VIII, 5a ed.). Princeton: Princeton University Press.
- Jung, C. G. (1991).. Espírito e vida. In *A natureza da psique* (Obras Completas). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1991). Aspectos gerais da Psicologia do sonho. In *A natureza da psique* (Obras Completas, Vol. VIII/2). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1984). A energia psíquica. In *A dinâmica do inconsciente* (Obras Completas, Vol. VIII). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1987). Psicologia e Religião. In *Psicologia da Religião Ocidental e Oriental* (Obras Completas, Vol. XI/1). Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1970). *Psychologie et Alchimie*. Paris: Buchet/Chastel.
- Kolakowski, L. (1981). *A presença do Mito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Mattoon, M. (Org.). (1992). *The transcendent function: individual and collective aspects*. Einsiedeln: Daimon Verlag.
- Mattoon, M. (1984). *Understanding dreams*. Dallas: Spring Publications.
- Zimmerman, M. (1986). *Eclipse of the Self*. Athens: Ohio University Press.

Recebido em: 6/8/2019

Aprovado em: 22/10/2019